

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Brasília • ano 44 • nº 176 • edição especial
outubro/dezembro – 2007

3º Fórum Senado Debate Brasil
Políticas para a Primeira Infância:
Quebrando a Cadeia da Violência

Crianças: os alicerces do Brasil

Paulo Paim

A busca pelo bem-estar é o que move o desenvolvimento humano. A promoção dessa capacidade está ligada às experiências mais precoces, positivas ou não, do sujeito com sua família e com seu meio. É na primeira infância, na faixa etária de zero a seis anos, que o indivíduo se forja e reage ao ambiente em que vive. É nessa fase da vida que suas condições psíquica, intelectual e comportamental sofrem as mudanças e as adaptações de crescimento que definirão como se dará a sua inserção na sociedade. É quando 80 a 90% da capacidade cerebral está sendo formada.

A família é um espaço privilegiado mediante o qual se dão os processos de socialização primários e humanizadores. A convivência familiar é fator essencial para o desenvolvimento individual da criança. É por meio da família que receberá a influência de valores morais e irá adquirir hábitos. Também é a família o primeiro grupo social do qual a criança fará parte.

O direito fundamental à convivência familiar e comunitária, garantido a todas as crianças e adolescentes por nossa Constituição, demanda iniciativas de diferentes políticas públicas.

A articulação e a integração dessas políticas, aliadas ao fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos, são condições fundamentais para que a família, a comunidade, o Poder Público e a sociedade em geral assegurem a efetivação desses direitos.

Paulo Paim é Senador pelo PT do Rio Grande do Sul e Presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Fazendo uma análise da sociedade moderna, observa-se que uma das mudanças mais significativas é a forma como a família atualmente se encontra organizada e funcionando. Aquela família tradicional, constituída por pai, mãe e filhos, tornou-se uma raridade. Ultimamente existem novos modelos de famílias, são famílias dentro de famílias.

Além disso, essa mesma sociedade tem exigido, por diferentes motivos, que pais e mães assumam posições cada vez mais competitivas no mercado de trabalho. Antigamente as funções exercidas dentro da família eram bem definidas. Hoje, pai e mãe, além de assumirem diferentes papéis, conforme as circunstâncias, saem todos os dias para suas atividades profissionais.

Observa-se que, em muitos casos, crianças e adolescentes acabam ficando aos cuidados de parentes (avós, tios), de estranhos (empregados) ou das chamadas babás eletrônicas, como a TV e a Internet. E grande parte dessas crianças são cuidadas pela “rua”, vendo seus pais somente à noite.

Essa situação acaba gerando uma série de sentimentos conflitantes não só entre pais e filhos, mas, também, entre os próprios pais. E um dos sentimentos mais comuns é o de culpa. É ela que, na maioria das vezes, impede os pais de dizerem não às exigências de seus filhos. É a culpa que faz um pai dar a seu filho tudo o que ele deseja pensando que assim poderá compensar a sua ausência; que faz uma mãe não avaliar corretamente as atitudes de seu filho, pois isso poderá significar que ela não esteve suficientemente presente para corrigi-las. E quando não é a culpa, é o cansaço das mil atividades e os problemas do dia que tornam a função de pai/mãe secundárias.

Muitos pais e mães acabam tornando-se reféns de seus próprios filhos. Com receio de contrariá-los, reforçam atitudes inadequadas e, com isso, prejudicam o seu desenvolvimento intelectual, mental e emocional. Entretanto, é importante compreender que,

apesar de todas as situações aqui expostas, o objetivo não é o de condenar ou julgar.

É apenas uma demonstração de que, ao longo dos anos, gradativamente, a família, por força das circunstâncias já descritas, não tem conseguido cumprir o seu papel de cuidado e de educação inicial de suas crianças. Percebe-se, inclusive, que cada vez mais se tem transferido para a escola a tarefa de cuidar, formar e educar seus filhos.

Entretanto, essa situação não mais se sustenta. É preciso, o mais rápido possível, orientar e apoiar a família, pois o que verdadeiramente importa é que essa família cumpra seu papel de proteção e de cuidado. A escola também é um espaço privilegiado de socialização da criança, mas mais efetivo será se a família for trazida para dentro da mesma. É preciso compartilhar responsabilidades e não transferi-las.

Diante da situação de exclusão em que nossas famílias vivem, especialmente as mais pobres, a educação infantil cumpre, na primeira infância, uma estratégia importante no apoio aos cuidados e na educação. Nesse aspecto o Estado, diante da impossibilidade ou dificuldade da família, deve se fazer presente destinando privilegiadamente recursos públicos para garantir esse atendimento em quantidade e qualidade conforme os parâmetros já aprovados.

É dentro desse espírito de compartilhar que não se pode deixar de citar a iniciativa do Ministério da Educação e Cultura (MEC), que instituiu a data de 24 de abril como o Dia Nacional da Família na Escola. Nesse dia, todas as escolas são estimuladas a convidar os familiares dos alunos para participar de suas atividades educativas. Mesmo entendendo como salutar a iniciativa, há que se destacar que a família tem de ter na escola uma referência positiva, o que está distante de acontecer.

A família deve ser incitada a estar presente em todos os momentos da vida de seus filhos. Presença que implica envolvimento, comprometimento e colaboração.

A família deve ser o espaço indispensável para garantir a sobrevivência e a proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se organizando.

Para não tornar essa discussão por demais simplista, é importante entender que, quando se trata de educar, não existem fórmulas ou receitas prontas, assim como não se encontram, em lugar algum, soluções milagrosas para toda essa problemática. Talvez o que esteja tornando toda essa situação ainda mais difícil seja o fato de a sociedade moderna estar vivendo um momento de mudanças extremamente significativas.

Segundo Paulo Freire: “A mudança é uma constatação natural da cultura e da história. O que ocorre é que há etapas, nas culturas, em que as mudanças se dão de maneira acelerada. É o que se verifica hoje. As revoluções tecnológicas encurtam o tempo entre uma e outra mudança”. Em outras palavras, vive-se, em um pequeno intervalo de tempo, um período de grandes transformações, muitas delas difíceis de serem aceitas ou compreendidas. E dentro dessa conjuntura estão a família e a escola.

É preciso compreender que, por exemplo, no momento em que escola e família conseguirem estabelecer um acordo na forma como irão educar suas crianças e adolescentes, muitos dos conflitos hoje observados em sala de aula serão paulatinamente superados.

No entanto, para que isso possa ocorrer, é necessário que a família realmente participe da vida escolar de seus filhos. Pais e mães não devem comparecer ou ser chamados à escola apenas para entrega de avaliações ou quando a situação já estiver fora de controle. O comparecimento e o envolvimento devem ser permanentes e, acima de tudo, construtivos para que a criança e o adolescente possam se sentir amparados, acolhidos e amados. E, do mesmo modo, deve-se lutar para que pais e escola estejam em completa sintonia em

suas atitudes já que seus objetivos são os mesmos.

Os direitos humanos de crianças e adolescentes estabelecidos nas Declarações, Tratados, Acordos e Convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário já nos seriam suficientes em termos legais, mas, a legislação brasileira, atenta a esse cenário, adaptou-se ao novo momento através de embasamentos legais no que diz respeito à Infância. São eles:

1º - Constituição Federal de 1988, que institui os direitos sociais do cidadão, entre eles a proteção à maternidade e à infância;

2º - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído em 1990 pela Lei Federal 8.069, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente;

3º - Lei Federal 8.080 de 1990, que traz como princípios e diretrizes do SUS: a universalidade e a integralidade nos serviços de saúde;

4º - Lei Federal 9.394 de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

5º - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que objetiva cumprir o disposto no artigo 227 da Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. (É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação...)

É dever de toda a sociedade e dos governos Federal, Estaduais e Municipais assegurar à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, assim como colocá-los a salvo de toda forma de discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Há 17 anos, foi instituído o ECA no Brasil. O Estatuto substituiu a primeira legislação para a infância e a adolescência criada em 1927, que se preocupava com as crianças e os adolescentes apenas quando eram abandonados ou quando cometiam

infrações. Também entrou no lugar da Constituição de 1964, que criou a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, em que foram instituídas a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabens) e a Fundação do Bem-Estar do Menor (Febens).

Com o pressuposto de que crianças e adolescentes deveriam ser prioridade absoluta, sobretudo em relação à elaboração e à implementação de políticas públicas em todo território nacional, o ECA estabeleceu diretrizes para o atendimento dos direitos como: criação de conselhos municipais, estaduais e nacional; criação e manutenção de programas específicos; manutenção de fundos vinculados aos respectivos conselhos; integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social; entre outros.

“Estar na lei não significa dizer que está na realidade. O processo é lento e complexo. Mas não adianta ser solidário, é preciso se mobilizar e passar a atuar fortemente” (Dom Odilo Pedro Scherer – Secretário-Geral da CNBB). Geralmente os brasileiros são solidários. Mas é uma solidariedade inoperante, na qual a pessoa sente o problema, chora e fala sobre ele, mas não toma uma atitude, não procura agir para melhorar ou mudar a situação.

Devemos transformar isso em uma conduta operante, passar a fazer algo. Apesar de a responsabilidade ser do Estado, não podemos deixar de agir, “omissão é crime”. Temos o mais recente documento “O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária”, resultado de um processo participativo envolvendo representantes de todas as esferas de governo, da sociedade civil organizada e de organismos internacionais.

Esse Plano constitui um marco nas políticas públicas no Brasil, pois rompe com a cultura da institucionalização de crianças e adolescentes e fortalece o paradigma da proteção integral e da preservação dos

vínculos familiares e comunitários preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Plano oferece instrumentos para a mobilização nacional e suas diretrizes se transformarão em ações concretas e articuladas de responsabilidade do Estado e dos diversos atores sociais que assumem o compromisso pela promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária.

O Congresso Nacional tem feito inúmeras iniciativas para a proteção da infância e da adolescência. Apresentei o PLS 298 de 2003, já aprovado no Senado Federal e enviado à Câmara dos Deputados para ser votado. A proposta tem como objetivo assegurar assistência gratuita e atendimento educacional aos filhos e dependentes dos trabalhadores rurais e urbanos, de zero a seis anos, em creches e pré-escolas. O projeto estabelece também a obrigação de atendimento educacional a todas as empresas com mais de 60 empregados.

Estudos já comprovaram: em empresas que oferecem creches e pré-escolas, os empregados trabalham com muito mais tranquilidade e, conseqüentemente, a produtividade aumenta por saberem que seus filhos estão seguros, recebendo atendimento e educação adequada.

A senadora Patrícia Saboya, que coordena a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, apresentou o Projeto de Lei 281 de 2005 que se encontra na Comissão de Direitos Humanos (CDH) e do qual sou Relator. O projeto amplia a licença-maternidade de quatro para seis meses, como recomenda a Organização Mundial da Saúde (OMS), Proposta que foi idealizada pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A idéia é criar o Programa Empresa Cidadã, que prevê incentivos fiscais aos empregadores que concederem Licença-Maternidade de seis meses a suas funcionárias. A extensão da Licença-Maternidade é

importante também porque é nesse período que o vínculo afetivo entre a mãe e o bebê é construído e reforçado.

Outra matéria de grande relevância foi da ex-senadora Heloisa Helena, que apresentou em 2000 a proposta de Emenda Constitucional (PEC) 40, que prevê a obrigatoriedade e a gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade na área pública. A educação infantil tem de ser tratada com prioridade.

Também não podemos deixar de registrar e aplaudir o trabalho da Pastoral da Criança, uma Organização não-governamental vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que nasceu no ano de 1983 na Cidade de Florestópolis (PR).

A Pastoral da Criança é ecumênica e não faz nenhum tipo de discriminação de cor, raça, credo religioso ou opção política. Seus líderes e as famílias acompanhadas pertencem a distintas Igrejas e denominações cristãs, todas com a mesma missão: acolher e servir aqueles que necessitarem. Já são 1,5 milhão de crianças atendidas em 3.277 dos 5.507 municípios brasileiros. Ao todo são 32 mil comunidades espalhadas por todos os estados e um exército de 145 mil voluntários.

Desses, mais de 90% são mulheres, em sua maioria vivendo nas próprias comunidades acompanhadas pela Pastoral. A metodologia da Pastoral da Criança está presente em outros 16 países da América Latina, África e Ásia. O objetivo é o desenvolvimento integral das crianças, promovendo, em função delas, também suas famílias e comunidades. São finalidades:

- Sobrevivência e desenvolvimento integral da criança, por meio de ações básicas de saúde, nutrição, educação e comunicação, sobretudo nos bolsões de miséria;

- Formação humana e cristã das famílias e líderes comunitários, agentes voluntários da Pastoral da Criança e apoio especial às pessoas da terceira idade que participam de suas atividades;

- Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente; redução da violência familiar e comunitária;

- Geração de renda para auto-sustentação das famílias acompanhadas; ajuda mútua entre elas; capacitação da mulher em economia doméstica e nos cuidados com a criança, com a família e consigo mesma;

- Alfabetização de jovens e adultos que participam da Pastoral da Criança;

- Documentação e informação sobre a situação da criança e da família no Brasil;

- Pesquisa nas áreas de referência programática. Existem diversos programas, os voluntários podem se distribuir por áreas. Assim, há jornalistas e publicitários na Rede de Comunicadores Solidários à Criança; professores nos cursos de alfabetização de jovens e adultos; dentistas na área de saúde bucal e outros profissionais que oferecem seu trabalho. Também temos pessoas que ajudam cuidando das crianças no dia da pesagem, preparando cartazes para as reuniões ou tocando música durante os encontros.

Um projeto de grande relevância é o "Axé", criado no ano de 1990, na Bahia. O "Axé" foi pensado como um espaço educativo para os filhos e as filhas da exclusão, sobretudo aqueles já em condição existencial de rua. Por isso, o Axé, através da figura do educador de rua, estimula permanentemente os jovens a construírem um projeto de vida novo e renovador. Esses passam a se reconhecer, não apenas como Sujeitos de Direito, mas também Sujeitos de Desejo. Os jovens do Axé têm acesso às várias linguagens artísticas com uma dupla finalidade: educativa e profissionalizante. A arte é um direito fundamental de cada ser humano e que assume um papel especial na vida de jovens que procuram realizar o ideal harmonioso do Projeto Axé: ter na Ética, Estética, Arte e Educação os pilares de um novo projeto de vida.

Em 17 anos de existência, passaram pelo Axé cerca de 13.700 crianças e adolescentes. Atualmente o projeto assiste 1.547 crianças

e jovens dos cinco aos 21 anos de idade, desses aproximadamente 40% são meninas. Através do processo educativo e artístico, o Axé luta para tirar tantas jovens vidas do abuso sexual e do trabalho.

Outro projeto que tive o prazer de conhecer de perto é o da ONG Fundação Nosso Lar, existente desde 1996 em Foz do Iguaçu (PR), em parceria com o Poder Público Municipal. Sua proposta é atender crianças e adolescentes que não tiveram ou que perderam a oportunidade de viver em família, oferecendo um lar provisório (casa Lar) e proporcionando às crianças segurança material e afetiva, num tempo curto. Ao mesmo tempo, trabalha no sentido de reintegrar essa criança ou adolescente à família de origem e, quando não é possível, encaminha para programas de Guarda Subsidiada ou família acolhedora a fim de fazer valer o direito à convivência familiar e comunitária, principalmente àqueles que perderam oportunidade.

A convivência da criança numa casa-lar com outras crianças e adolescentes, os pais sociais, os vizinhos, em comunhão direta com a comunidade é de extrema importância para seu crescimento pessoal, para sua saúde física e psicológica.

A casa-lar é entendida como acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal, que estejam afastadas de seus familiares por motivos diversos, violência doméstica, abandono, negligência, exploração sexual comercial infanto-juvenil, tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual etc.

São tantos projetos sociais que surgem nas mais diversas cidades de nosso país, iniciativas de pessoas praticamente anônimas e que, muitas vezes, acabam passando despercebidas pela mídia e meios de comunicação social porque nem sempre o tema dá ibope.

Há um contingente de pessoas que, por vários motivos, estão na rua. O morador de rua não é uma pessoa só, um só perfil, mas uma população heterogênea que precisa ser

cada vez mais conhecida para entendermos melhor quem são. O IBGE não faz o censo da população de rua ao realizar o censo de toda população brasileira. Apenas quem tem domicílio é registrado.

O importante é saber quem é a pessoa que está vivendo em situação de rua e quais as diferentes respostas que precisam ser dadas para as mulheres, para as crianças, para os idosos, para as pessoas com doenças graves e crônicas. Em termos sociais, a população que está na rua é composta por cidadãos. Não podemos descaracterizá-los dessa condição de cidadania.

Como parlamentar e homem público, sempre me preocupou essa falha em nossas políticas públicas sociais. Afinal, onde o Estado não está presente, entram outras forças para assumir esse papel, como a rede do tráfico, que detém em seu poder crianças, adolescentes e famílias inteiras, “cuidando” desses que são “abandonados” à sua própria sorte. Desde que se construiu o primeiro palanque no Brasil, muitos discursos já foram feitos em “favor da educação”, mas muito pouco de concreto e objetivo foi realizado.

Mais de 60 milhões de crianças e adolescentes vivem hoje no Brasil. Infelizmente, porém, boa parte dessa população ainda está longe de ter seus direitos básicos respeitados no dia-a-dia. Isso em um país onde a criança e o adolescente são prioridades absolutas para toda a sociedade.

De acordo com estudos realizados pelo Unicef, nada menos do que 45% dos meninos e meninas brasileiros são pobres. Se a questão da pobreza e da exclusão social for analisada a partir do critério de etnia, a situação é ainda mais preocupante. Crianças negras ou indígenas são mais pobres (71% e 58%, respectivamente) que as brancas e asiáticas (33% e 24%).

Assim como diversos especialistas da área social, defendo a unificação das políticas públicas como estratégia para aprimorar o combate à pobreza e às desigualdades.

Não tenho dúvidas de que já passou da hora de o Brasil encarar os desafios e integrar as várias ações do setor social para que, dessa forma, possa enfrentar o problema da fome, da pobreza e da miséria sem desperdício de iniciativas e de dinheiro público.

Estamos diante de uma enorme e desafiadora dívida. Talvez a maior e mais difícil de saldar: a dívida social. Apesar de algumas relevantes conquistas obtidas na área social, sobretudo no que diz respeito à educação, a distribuição de renda entre 1991 e 2000 piorou em dois terços dos municípios brasileiros.

A desigualdade social foi a característica mais marcante em nosso país no século XX. Em cem anos, de acordo com o IBGE, a riqueza total do país cresceu quase 12 vezes, mas a distribuição de renda piorou muito na segunda metade do século, condição que coloca o nosso país no triste time das nações mais desiguais do planeta.

Esses acontecimentos têm como consequência uma população de jovens hoje vulneráveis, principalmente na classe de baixa renda, pois a exclusão social os torna cada vez mais supérfluos e incapazes de ter uma vida digna. Muitos jovens de baixa renda crescem em famílias desorganizadas, enfraquecidas e, por que não, abandonadas devido a uma série de consequências causadas pela falta de dinheiro, além de um fator que agrava essa situação: a violência.

Podemos perceber que o ódio que faz com que uma pessoa se torne violenta sempre tem razões anteriores. Ao vermos depoimentos de pessoas envolvidas com violência, notamos que as mesmas passaram por situações em que o pai era ausente ou, se presente, espancava a mãe; a miséria fazia com que os pais vendessem drogas por um prato de comida; pais entregavam filhos para adoção ou até mesmo os abandonavam ao invés de tentar reverter a situação. Em alguns casos, as pessoas hoje violentas foram vítimas de abuso sexual quando mais jovens e essa série de situações trazem ira e

desejo de vingança não só dos malfeitores, mas também das autoridades que sabem de todos esses possíveis acontecimentos e não tomam posição.

Hoje traficantes têm tomado o poder de algumas grandes cidades brasileiras e prejudicado cidadãos de bem com o intuito de atingir as autoridades. A cada dia que passa, pessoas são mortas, espancadas e abusadas para que alguém excluído do mundo mostre que alguma coisa ele sabe fazer, mesmo que isso seja ruim.

É preciso que pessoas de alto escalão projetem uma vida mais digna e com oportunidades de conhecimento para pessoas com baixa renda para que elas possam trabalhar e sustentar seus lares, entre outros. A pobreza e a desigualdade afetam de forma ainda mais avassaladora as crianças e os adolescentes. Segundo o relatório "Situação da Infância e Adolescência em Dados sobre Equidade e Iniquidade no Brasil", produzido pelo Unicef (1999), 45% das pessoas na faixa etária entre zero e 17 anos são pobres.

Não podemos mais conviver com essa realidade. Precisamos, de uma vez por todas, priorizar o desenvolvimento social, sem, é claro, descartar o desenvolvimento econômico.

Não podemos deixar de comentar sobre a redução da maioridade penal, pois, sempre que ocorre algum crime bárbaro envolvendo adolescentes infratores, esse debate volta à tona. Gostaria de dizer, em primeiro lugar, que sou absolutamente solidário à dor e ao sofrimento das famílias que já passaram por situações de violência envolvendo algum adolescente.

No entanto, nós, formuladores de políticas públicas, sabemos que não devemos tomar decisões sob o impacto da emoção e da irracionalidade. A redução da maioridade penal não é uma solução mágica no combate da violência. Não será mudando a idade de 18 para 16 anos que vamos pôr fim à participação de crianças e adolescentes na criminalidade. Precisamos urgentemente

não só endurecer as penas para os adultos que usam esses meninos e meninas, mas também garantir que sejam punidos, porque é a certeza da impunidade que leva ao cometimento de crimes.

Quem está em situação irregular não é a criança ou o adolescente, mas o Estado, que não cumpre suas políticas sociais básicas; a família, que não tem orientação e apoio e que acaba abandonando a criança; os pais que descumprem os deveres do poder familiar; a sociedade, que não exige do Poder Público a execução de políticas públicas sociais dirigidas à criança e ao adolescente.

Devemos lembrar que metade da população é composta de crianças e adolescentes, os quais, contudo, são autores de apenas 10% dos crimes praticados. Ou seja, para cada adolescente que comete um ato infracional, existem dez adultos por trás. Então, punir um adolescente resolve apenas uma parte do problema, mas esconde o resto.

A proposta de redução busca encobrir as falhas dos Poderes, das Instituições, da família e da sociedade e, de outro lado, revela a falta de coragem de muitos em enfrentar o problema na sua raiz, cumprindo ou compelindo os faltosos a exercer seus deveres, o que é lamentável, pois preferem atingir os mais fracos, crianças e adolescentes, que muitas vezes não têm ninguém para socorrê-los, não têm sequer o auxílio da família.

A responsabilização prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, através das medidas sócio-educativas, especialmente agora com a aprovação do Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo) aprovado pelo Conanda, deve ser efetivada. Primeiro para que possamos, diante dessa efetivação, avaliar alguma proposta de mudança.

É importante ainda abordar outro tema que tem sido motivo de grande preocupação para todos nós, o trabalho infantil. Imaginemos a seguinte cena: *Uma criança brincando no tapete da sala de repente se depara*

com o jornal que o pai deixou jogado ao chão. Ela olha atentamente para uma fotografia e não consegue desviar seus olhos. A mãe, ao perceber que a criança está muito quieta, vai até a sala e vê seu filho olhando com muita atenção para uma fotografia de crianças trabalhando em uma mina, completamente sujas, carregando baldes com pedras. A mãe fica preocupada pensando em como vai falar com a criança sobre o que aquilo significa. Mas as palavras da criança demonstram que não há como explicar o inexplicável. Seu filho diz: “Viu mamãe, eu também queria brincar na rua, é muito mais legal, a gente se suja pra valer. Brincar em casa não tem graça”.

A cena nos lembra que o trabalho infantil é uma coisa inaceitável, absurda. Nem passa pela cabeça de uma criança que outros seres do seu tamanho saiam para trabalhar, como seus pais fazem. Ela só consegue entender que aqueles outros pequenos estão brincando. Em que momento o trabalho infantil passou a ser algo natural para os adultos, eu juro que não sei. Só sei que é vergonhoso.

O trabalho infantil é caracterizado como uma atividade ou estratégia de sobrevivência, remunerada ou não, realizada por meninos e meninas que não atingiram a idade mínima estabelecida pela legislação nacional vigente para se incorporar a um emprego.

O “sustento conseguido” ou o “benefício” do serviço pode servir para si mesmo ou contribuir para manutenção do seu grupo familiar ou para apropriação de terceiros exploradores.

A partir de uma iniciativa da Organização Internacional do Trabalho, desde 2002 registramos o dia 12 de junho como o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil. É lógico que melhor seria não termos registro de trabalho infantil em nosso país ou no mundo.

O tema a cada ano é diferente. Em 2007 focou-se a eliminação do trabalho infantil na agricultura. Em todo o mundo, a agricultura é o ramo em que encontramos a maior

parte de crianças trabalhadoras, em média 70%. Mais de 150 milhões de jovens, menores de 18 anos, trabalham na produção agrícola e pecuária. O trabalho infantil traz sérios prejuízos à saúde física e psíquica desses meninos e meninas. Suas origens remontam à colonização portuguesa e à implantação do regime escravocrata.

Crianças indígenas e negras foram as primeiras a sofrer os rigores do trabalho infantil em um país que, de início, estabeleceu uma estrutura de produção e distribuição de riqueza com base na desigualdade social.

O processo de industrialização e o fato de o Brasil ter-se transformado em uma economia capitalista manteve essas estruturas, obrigando o ingresso de grandes contingentes de crianças no sistema produtivo ao longo do século XX.

Atualmente, segundo dados do IBGE, 2,9 milhões de crianças e adolescentes entre cinco e 15 anos estão em situação de trabalho no Brasil. Depois de 14 anos de queda, pela primeira vez, entre 2004 e 2005 houve um aumento de 5,7% no número de crianças trabalhando, ou seja, 156.591 a mais, na faixa etária considerada.

De acordo com uma publicação do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), o crescimento no número de trabalhadores infantis entre 2004 e 2005 se deve ao aumento no trabalho para o próprio consumo e atividades não-remuneradas, ambas geralmente agrícolas. Para o IBGE, a crise na agricultura, principalmente na região sul, pode ser uma das causas para esse aumento. Ser criança é viver um tempo de brincar e aprender, de estudo e lazer.

O Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas assinala que permanece preocupado com as disparidades ao acesso escolar, frequência regular e com crianças que repetem o ano escolar ou que permanecem nas escolas pelo país. Essas diferenças afetam principalmente as crianças pobres, as mestiças, as afro-descendentes e aquelas que vivem em áreas remotas. Todos nós sa-

bemos da urgência de enfrentarmos o trabalho infantil. Diversos setores do Governo; a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; organismos internacionais; representantes de entidades empresariais e de trabalhadores; setores religiosos; organizações da sociedade civil estão juntos nessa luta.

O nosso país é o único no mundo a adotar um Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o PETI. Esse Programa quer retirar crianças e adolescentes do trabalho perigoso, penoso, insalubre e degradante. Emprego não é para criança. Não é justo submeter alguém que está iniciando a vida, que está formando sua personalidade a esse horror sem tamanho.

Os Governos são considerados os principais responsáveis na garantia de que os direitos sejam assegurados. Mas a responsabilidade não é só dos Governos. Ela envolve também a família, a comunidade, instituições parceiras, políticas e programas nacionais e o ambiente de política macroeconômica. Nós todos somos responsáveis. Vamos deixar que nossas crianças sejam crianças.

Ainda é preciso promover ajustes na política social, melhorando os mecanismos de controle, acompanhamento e avaliação das ações para que, assim, seja possível atender quem realmente necessita dos benefícios. Mas, para que isso de fato aconteça, a sociedade inteira precisa se envolver na tarefa de cobrar do governo federal, dos Estados e dos municípios – e também do Parlamento – o cumprimento das ações que visam estimular o desenvolvimento social do país.

O Brasil, desde a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República, passou por diferentes representações no cenário das relações internacionais. Hoje está entre os chamados de economia emergente.

Devemos lutar juntos para que todas as crianças e adolescentes do Brasil tenham acesso a boas escolas, serviços de saúde de qualidade, moradia digna, saneamento bá-

sico, cultura, lazer e esporte e, fundamentalmente, tenham uma família que as cuide e as proteja. Essa deve ser a principal missão de toda a sociedade e dos governantes.

Tenho a ousadia de terminar com uma poesia de janeiro de 2001, que publiquei no livro 'Cumplicidade', de minha autoria.

Menino de Rua

*Já fui um menino que brincava, jogava bola,
pescava no rio, ia cedo para casa.
Uma casa simples.
Meu pai trabalhador, um homem firme e forte.
Minha mãe sensível e lutadora.
Eu sempre tive um lar...
Hoje quando atravesso as avenidas da Capital,
paro no sinal e observo quantos meninos deveriam estar jogando bola
e indo para a escola,
mas estão na rua, pedindo, as vezes roubando,
a maioria deles nunca teve um lar.
A sociedade condena, discute,
leis são modificadas, instituições ampliadas, muros levantados.
O que fazer? De onde vem a violência?
Homem, a violência é fruto de ti mesmo.
É fruto da tua sociedade egoísta, que desagrega,
que discrimina, sonega, não educa, não emprega.
A violência é fruto do berço que faltou,
da inocência perdida em busca de um pedaço de pão.
É fruto da inexistência da família, da brincadeira, do jogo de bola.
O pai perdeu o sentido da vida,
a mãe não tem carinho para dar,
a criança cresce sem lar.
Homem, abre os olhos enquanto é tempo.
Busca teus valores perdidos.
Governa para o povo
para que amanhã as crianças possam voltar a brincar,
os adultos a sonhar e os velhos descansar*